



PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO 2500000101 _MA_112NPP2025

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

ARTIGO 1.º - Objeto do Contrato

ARTIGO 2.º - Fundamentação e Caracterização do Contrato

ARTIGO 3.º - Articulação com a Universidade de Lisboa

ARTIGO 4.º - Prazo de Vigência do Contrato

CAPÍTULO II - Obrigações das Partes

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

ARTIGO 5.º - Obrigações do Adjudicatário

ARTIGO 6.º - Conformidade e Operacionalidade dos Bens

ARTIGO 7.º - Entrega dos Bens

ARTIGO 8.º - Garantia dos Bens

ARTIGO 9.º - Dever de Sigilo e Confidencialidade

SECÇÃO II - Obrigações da Universidade de Lisboa

ARTIGO 10.º - Preço Base

ARTIGO 11.º - Condições de Pagamento

ARTIGO 12.º - Obrigações da Universidade de Lisboa

SECÇÃO III – Acompanhamento, fiscalização da execução do Contrato

ARTIGO 13.º - Gestor de Contrato

CAPÍTULO III - Vicissitudes Contratuais

ARTIGO 14.º - Sanções Contratuais

ARTIGO 15.º - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual do Fornecedor

ARTIGO 16.º - Resolução do Contrato por parte do Adjudicatário

ARTIGO 17.º - Resolução do Contrato por parte da Universidade de Lisboa

ARTIGO 18.º - Força Maior

ARTIGO 19.º - Caução

CAPÍTULO IV - Disposições Finais

ARTIGO 20.º - Deveres de Informação

ARTIGO 21.º - Comunicações

ARTIGO 22.º - Reprodução de Documentos

ARTIGO 23.º - Foro Competente

ARTIGO 24.º - Direito Aplicável e Natureza do Contrato

ARTIGO 25.º - Contagem de Prazos

CAPÍTULO V - Especificações Técnicas

ARTIGO 26.º - Especificações Técnicas

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

Objeto do Contrato

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a Universidade de Lisboa, na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição e fabrico de trajes doutorais/professorais para as Unidades orgânicas da Universidade de Lisboa, nos termos indicados nos números seguintes e melhor definidos nas especificações técnicas em anexo ao caderno de encargos.
2. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Programa do procedimento e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da aquisição de bens, objeto do presente procedimento, e que serão incluídos no contrato a celebrar.

ARTIGO 2.º

Fundamentação e Caracterização do contrato

1. Considerando a importância simbólica e a tradição dos trajes doutorais e professorais na representação da dignidade e excelência académica, a aquisição destes trajes para as Unidades orgânicas da Universidade de Lisboa é essencial. Estes trajes desempenham um papel crucial em cerimónias oficiais, eventos académicos e representações institucionais, refletindo o prestígio e a identidade única da Universidade.
Além disso, esta aquisição alinha-se com o objetivo de preservar e enriquecer o património cultural e histórico da Universidade de Lisboa, reforçando a sua imagem e tradição no contexto académico nacional e internacional.
2. O contrato será composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e será reduzido a escrito, integrando igualmente os elementos elencados nas disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos (CCP).

3. Para além dos elementos referidos pelo número anterior, o contrato a celebrar integra ainda:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
5. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 do presente artigo.

ARTIGO 3.º

Articulação com a Universidade de Lisboa

1. Sem prejuízo do adjudicatário ser responsável pelo objeto do contrato, a sua atividade desenvolver-se-á de forma articulada com o Departamento de Compras, Património e Projetos, a quem compete a receção dos bens, e o gestor do contrato, a quem compete acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
2. As relações do adjudicatário com a Universidade de Lisboa deverão decorrer durante o horário de trabalho praticado pela Universidade de Lisboa.
3. As entregas deverão ser comunicadas para o email geral.aca@reitoria.ulisboa.pt, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
4. Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações da Reitoria da Universidade de Lisboa, sita na Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-004 Lisboa.

5. Os bens a entregar devem ser acompanhados de guia de remessa com o detalhe exigido na lei em vigor, a entregar no ato da entrega.
6. A participação dos colaboradores da Universidade de Lisboa, em nada diminui a responsabilidade do adjudicatário, como único responsável pelo objeto do contrato.

ARTIGO 4.º

Prazo Vigência do Contrato

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, designadamente obrigações de sigilo, de conformidade dos bens a adquirir e da garantia dos mesmos, o contrato a celebrar inicia-se desde a data da sua assinatura e mantêm-se em vigor até à data de entrega e aceitação, pela entidade adjudicante, da totalidade dos bens, em conformidade com os termos e condições estipulados no presente caderno de encargos, bem como em conformidade com o disposto na lei.
2. O fornecimento dos bens objeto do procedimento pelo adjudicatário deverá ocorrer no prazo de máximo de 12 (doze) semanas, o que equivale a 84 (oitenta e quatro) dias após o envio da nota de encomenda.
3. O prazo para envio da nota de encomenda é fixado em 10 (dez) dias úteis após a data de início do contrato.
4. Ambas as partes se obrigam a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

CAPÍTULO II

Obrigações das partes

SECÇÃO I

Obrigações do adjudicatário

ARTIGO 5.º

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do adjudicatário:

-
- a) Fornecer os bens identificados na proposta adjudicada nas quantidades, especificações e requisitos constantes do presente caderno de encargos e dos seus anexos;
 - b) Fornecer os bens em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente caderno de encargos e conforme as condições estipuladas;
 - c) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais e ambientais exigidos para os bens a fornecer, tal como previstos no presente caderno de encargos, e seus anexos, e na legislação aplicável;
 - d) Garantir a entrega dos bens no local definido no presente Caderno de Encargos;
 - e) Não alterar as condições do fornecimento dos bens;
 - f) Garantir que os bens fornecidos cumprem o disposto na Diretiva 2011/65/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, na sua redação atual, bem como na Diretiva 2002/96/CE (REEE), de acordo com a reformulação operada pela Diretiva 2012/19/UE, a qual foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro;
 - g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, assim como a prestação de todos os esclarecimentos que possam ser solicitados;
 - h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do contrato e que altere, designadamente, a denominação social ou os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento dos bens;
 - i) Comunicar antecipadamente à Universidade de Lisboa, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos artigos ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - j) Manter os preços da proposta adjudicada durante o prazo de vigência do contrato, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e deverão incluir todas as despesas inerentes ao fornecimento dos bens, sem exceções;
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

ARTIGO 6.º

Conformidade e Operacionalidade dos Bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar os bens à entidade adjudicante, em conformidade com as características dos bens e com os termos estabelecidos, nas especificações técnicas previstas no presente caderno de encargos e seus anexos.
2. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
3. O risco nas fases de acondicionamento, transporte, embalagem, carga e descarga da entrega, é da exclusiva responsabilidade do adjudicatário, devendo este garantir que os bens são entregues nas instalações da Reitoria da Universidade de Lisboa, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua utilização.

ARTIGO 7.º

Entrega dos Bens

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir o prazo de vigência do contrato indicado no artigo 4.º do presente Caderno de Encargos.
2. A entidade adjudicante monitorizará em contínuo a entrega dos bens, com vista a verificar se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, legal e contratualmente definidos.
3. O adjudicatário obriga-se a entregar todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização e funcionamento e deve prestar à Universidade de Lisboa toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
4. Até ao prazo de 15 dias a contar da entrega dos bens objeto do contrato, a Universidade de Lisboa procede à respetiva avaliação, com vista a verificar se os bens entregues reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

5. No caso de a Universidade de Lisboa verificar a não conformidade dos bens entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a Universidade de Lisboa deve informar o adjudicatário, por escrito, no prazo de 15 dias.
6. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário fica obrigado à sua imediata substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data do envio da nota de encomenda até à finalização da entrega do bem, de acordo com as condições exigidas.
7. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou destruição dos bens que tenham sido objeto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.
8. A rejeição dos bens disponibilizados nos termos do presente artigo não confere ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização.
9. A rejeição dos bens por parte da Universidade de Lisboa, pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos danos sofridos.
10. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o fornecimento dos bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade inferior, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada, ficando o adjudicatário obrigado à sua imediata reposição ou substituição, continuando, para efeitos de aplicação de sanções, a correr a contagem do prazo de entrega, desde a data do envio da nota de encomenda até à finalização da entrega dos bens de acordo com as condições exigidas.
11. Caso a análise a que se referem os números anteriores comprove a conformidade dos bens entregues pelo adjudicatário com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, deve ser comunicado ao adjudicatário a respetiva aceitação pela Universidade de Lisboa.

ARTIGO 8.º

Garantia dos Bens

1. O adjudicatário deve garantir os bens fornecidos, contra quaisquer deficiências ou desconformidades com as exigências legais e com as características e especificações técnicas, nos termos do disposto no CCP e demais legislação que disciplina os aspetos relativos à aquisição de bens móveis.
2. O prazo de vigência da garantia, pelo período de 3 (três) anos, conta-se a partir da data de aceitação definitiva dos bens pela entidade adjudicante.
3. Durante o prazo de garantia, a prestação do serviço de assistência técnica será realizada nas instalações da entidade adjudicante.
4. Durante o prazo de garantia o adjudicatário deverá dispor de serviço de apoio técnico permanente, ao qual se possa comunicar todas as incidências e dúvidas técnicas surgidas com os bens fornecidos, disponibilizando para o efeito, o nome, contacto telefónico e endereço eletrónico, do técnico/responsável a contactar durante o prazo de garantia dos bens fornecidos.
5. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - b) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - c) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - e) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - f) A mão-de-obra;
 - g) A intervenção a ocorrer até 3 (três) dias úteis seguintes à comunicação da ocorrência e nas instalações da entidade adjudicante;
2. O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens prevista

no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

ARTIGO 9.º

Dever de sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade de Lisboa, de que venha a ter conhecimento.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a entidade adjudicante lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. O Adjudicatário obriga-se a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).

SECÇÃO II

Obrigações da Universidade de Lisboa

ARTIGO 10.º

Preço Base

1. O preço base, para efeitos do presente procedimento pré-contratual, é de **48.120,00€** (quarenta e oito mil, cento e vinte euros), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor,

e corresponde ao preço máximo que a Universidade de Lisboa se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o fornecimento dos bens objeto do contrato.

2. Nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi definido com base no conhecimento atualizado através de consulta preliminar ao mercado prevista no artigo 35.º-A do CCP.
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, sendo por conta e risco do adjudicatário:
 - a) Despesas com deslocações de recursos, estadias e despesas de alimentação;
 - b) Encargos com telecomunicações;
 - c) Seguros;
 - d) Despesas com transporte e embalagem dos bens, bem como a carga e descarga dos bens.
 - e) Formação inicial aos utilizadores, quando necessária;
 - f) Despesa com instalação e montagem dos bens, quando necessária.
4. Os preços constantes na proposta adjudicada vigorarão sem atualização/revisão, durante o período de vigência do contrato, incluindo em caso de prorrogação.

ARTIGO 11.º

Condições de pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a data de receção da fatura, a qual só pode ser emitida após a entrega e aceitação dos bens, com a evidência do preenchimento do respetivo auto de receção e validação da fatura pelo Gestor do Contrato.
2. A emissão das faturas pelo fornecedor deve observar o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos.
3. A emissão de fatura só pode ocorrer após verificada, por parte da entidade adjudicante, a conformidade dos bens com as respetivas especificações técnicas, na qual deverá constar o montante correspondente ao valor resultante da proposta adjudicada.
4. A faturação deverá ser enviada ao cuidado do Gestor de Contrato em suporte físico, após a entrega dos bens, devendo ser acompanhada de nota discriminativa dos bens entregues, contendo sempre a

indicação do número do contrato indicado, o número da Nota de Encomenda e o respetivo número de compromisso.

5. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
6. Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. O não pagamento dos valores contestados pela entidade adjudicante não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do fornecedor devendo, no entanto, a entidade adjudicante proceder ao pagamento da importância não contestada.
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo fornecedor.
9. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao fornecedor serão automaticamente suspensos por igual período.
10. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro dos prazos contratuais e legalmente previstos, a entidade adjudicante encontra-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

ARTIGO 12.º

Obrigações da Universidade de Lisboa

Decorre para a Universidade de Lisboa, as seguintes obrigações:

1. Após a data de início do contrato, a Universidade de Lisboa obriga-se a emitir e a enviar a nota de encomenda correspondente ao valor adjudicado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
2. Notificar o adjudicatário no prazo de 15 (quinze) dias sobre qualquer rejeição dos bens entregues.
3. Assegurar, entre a entrega e a receção dos bens objeto do contrato, a cooperação com o adjudicatário para que sejam criadas as condições de segurança dos bens que o adjudicatário considerar necessárias.

SECÇÃO III

Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato

ARTIGO 13.º

Gestor do Contrato

1. Para o acompanhamento permanente e para a garantia da boa execução do contrato, é designado um gestor.
2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
3. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

Vicissitudes contratuais

ARTIGO 14.º

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Universidade de Lisboa pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Se os prazos de entrega, acrescidos de eventuais prorrogações resultantes de atrasos imputáveis à Universidade de Lisboa ou a força maior, forem ultrapassados, o adjudicatário ficará sujeito à penalidade diária de 1% sobre o valor global da encomenda até à entrega total efetiva ou à rescisão do contrato;
 - b) Sempre que um bem for rejeitado por não cumprir os requisitos previstos no caderno de encargos será aplicada uma penalidade correspondente a 20% do valor desse bem.

2. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Universidade de Lisboa decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a Universidade de Lisboa possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.
5. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
6. A aplicação das sanções previstas no presente artigo serão objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

ARTIGO 15.º

Subcontratação e cessão da posição contratual do fornecedor

1. O adjudicatário não pode subcontratar ou ceder a sua posição contratual, nem transmitir quaisquer direitos ou obrigações, seja a que título for, sem a prévia autorização prestada por escrito pela Universidade de Lisboa, aplicando-se o regime constante no artigo 316.º e seguintes do CCP.
2. No caso de cessão da posição contratual, para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cederá a sua posição contratual ao concorrente classificado pela ordem sequencial do presente procedimento pré-contratual, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
4. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data a indicar pela entidade adjudicante.

5. No caso de subcontratação, para efeitos de autorização a que se refere o número 1, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 3 do artigo 318.º do CCP.
6. A Universidade de Lisboa deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 dias a contar da respetiva notificação, considerando-se rejeitada caso a Universidade de Lisboa não efetue nenhuma comunicação ao adjudicatário dentro do referido prazo.

ARTIGO 16.º

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias posteriormente à data de vencimento especificada na fatura ou a partir da data da receção do bem, ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial.
4. Nos casos previstos no n.º 2, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade de Lisboa que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção da declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
5. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

ARTIGO 17.º

Resolução do contrato por parte da Universidade de Lisboa

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente o atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato ser superior a um terço do prazo máximo previsto.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo, nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Universidade de Lisboa.

ARTIGO 18.º

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo, de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior, as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

ARTIGO 19.º

Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, o adjudicatário está dispensado da prestação de caução.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

ARTIGO 20.º

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

ARTIGO 21.º

Comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

ARTIGO 22.º

Reprodução de documentos

Nenhum documento ou dado a que o Fornecedor tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito da execução do contrato pode ser reproduzido sem autorização expressa do contraente público, salvo nas situações previstas no presente caderno de encargos.

ARTIGO 23.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 24.º

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

ARTIGO 25.º

Contagem dos prazos

1. A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo, por remissão das disposições aplicáveis.

2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

ARTIGO 26.º

Especificações Técnicas

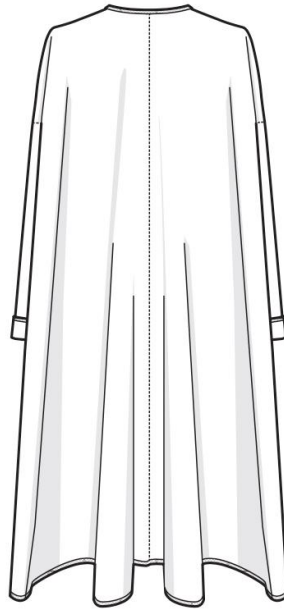
As especificações técnicas, requisitos e quantidades a ter em conta são as constantes do Anexo A ao presente Caderno de Encargos.

Anexo A – Especificações técnicas

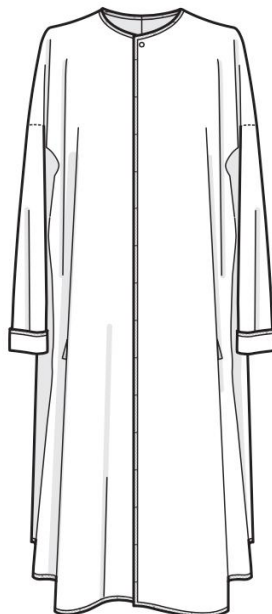
1. Modelo de traje da Universidade de Lisboa (ULisboa):

O modelo consiste em duas partes principais: a beca e o epítógio.

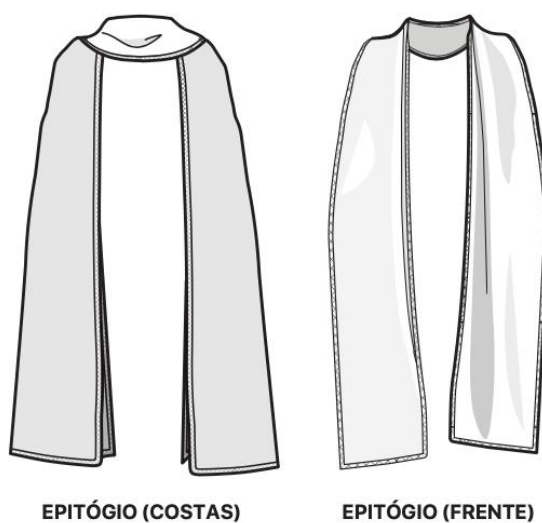
1.1.1. Beca + Epítógio: a imagem seguinte mostra a parte de trás da beca e do epítógio.



1.1.2. Beca + Epítógio Equipa Reitoral (frente): a imagem abaixo mostra a frente da beca e do epítógio.



- 1.2. O traje doutoral deve ser produzido em dois tamanhos S/M e L/XL.
- 1.3. As medidas do tamanho S/M devem ser iguais às do kit do protótipo a consultar obrigatoriamente em dia e hora a agendar nos termos especificados no Programa do procedimento e as medidas do tamanho L/XL devem ser iguais às do kit do protótipo a consultar obrigatoriamente em dia e hora a agendar nos termos especificados no Programa do procedimento, mas aumentadas em 10 cm.
- 1.4. A malha do tecido deve ter a referência 8434.
- 1.5. A composição da malha é 100% poliéster.
- 1.6. A cor do traje doutoral é preto.
- 1.7. A técnica de construção é por ultrassom.
- 1.8. A cor da fita selante é preto.
2. O epítógio é uma parte distintiva do traje académico devendo ter o seguinte design:
 - 2.1. A imagem abaixo mostra o epítógio em duas vistas: as costas e a frente.



3. Quantidades:

Tamanho	Qtd.
S/M	200
L/XL	200